

SISTEMATIZAR
O JÁ ACUMULADO
E VALIDÁ-LO
FORMA MAIS
REPRESENTATIVA
POSSÍVEL

Pós-2015

Relatório Final O mundo que queremos pós-2015

AGOSTO DE 2013

Consulta Nacional - Brasil


Abong

Agosto de 2013

Apresentação

Em dezembro de 2012, a Abong foi selecionada para liderar o processo de consultas nacionais da campanha Pós-2015 (também conhecida como Beyond 2015 ou Más Allá de 2015) – iniciativa de redes internacionais da sociedade civil preocupadas em promover um marco de desenvolvimento para substituir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs), que expiram em 2015.

A Abong, assim como suas associadas e parceiras, tem trabalhado com temas relacionados ao desenvolvimento humano e sustentável desde a sua fundação, e participa de diversas redes e processos internacionais relacionados à criação de novas concepções de desenvolvimento, voltadas para a realização dos direitos humanos, a superação das desigualdades e a defesa de direitos e bens comuns: um desenvolvimento que promova a vida e não produtos.

Nesse sentido, a Abong compartilha dos esforços das redes internacionais da sociedade civil para incidir politicamente sobre o processo de definição dos objetivos de desenvolvimento que entrarão em vigor a partir de 2015: ao substituir os ODMs, esse novo marco do desenvolvimento internacional irá orientar esforços de cooperação e informar o estabelecimento de regimes internacionais sobre o tema, impactando diretamente movimentos e organizações da sociedade civil em todo o mundo.

O presente relatório, portanto, faz parte do esforço de construção de um marco de desenvolvimento internacional que considere os objetivos e prioridades da sociedade civil, ouvindo e respeitando aqueles(as) que trabalham diariamente pelo acesso a direitos e a bens comuns. Trata-se, certamente, de um primeiro passo no sentido de elencar prioridades e acordar recomendações tanto para o Governo Brasileiro como para as instâncias internacionais multilaterais, e tem como principal objetivo fomentar o debate sobre o tema no Brasil.

Boa leitura!

Obs: Para comentários e mais informações, entre em contato conosco pelo email: pos-2015@abong.org.br ou acesse os sites www.beyond2015.org e www.abong.org.br.

I. Introdução

O período entre 2013 e 2015 tem importância central para o futuro das atividades da ONU, de outras organizações multilaterais, de governos e de entidades da sociedade civil que trabalham em questões relacionadas ao desenvolvimento humano sustentável, nos três pilares centrais tratados pelas Nações Unidas: econômico, social e ambiental.

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), estabelecidos pela ONU no ano 2000 e assinados pelos então 189 países-membros, têm como prazo final o ano de 2015 e, apesar do engajamento de redes, organizações e movimentos da sociedade civil, avaliações apontam que o processo de criação dos ODMs se deu de forma bastante verticalizada, centradas nos governos e com limitada participação da sociedade civil.

Assim, entre agora e 2015, estão sendo discutidas novas metas estratégicas para o desenvolvimento e, entre os diversos processos em andamento, a campanha Pós-2015 prevê consultas nacionais e regionais em mais de 30 países, organizadas pela sociedade civil para propor metas e prioridades para a agenda internacional de desenvolvimento pós-2015.

A Abong foi selecionada pela coalizão de redes da sociedade civil internacional (dentre elas, o GCAP – Global Call for Action Against Poverty e o FIP – Fórum Internacional de Plataformas Nacionais de ONGs) para organizar uma consulta nacional com organizações do seu campo de atuação (defesa de direitos e bens comuns) no Brasil. Os resultados das atividades desenvolvidas estão descritos neste relatório.

Para a elaboração das recomendações foram organizadas oficinas em diversos formatos, e em quatro cidades brasileiras (São Paulo, Brasília, Salvador e Recife), com a participação de um amplo e diverso grupo de organizações da sociedade civil, redes, ativistas e movimentos sociais. Buscando otimizar os recursos disponíveis, a Abong optou por potencializar o trabalho e a experiência acumulada por organizações associadas e movimentos parceiros para atingir os resultados que compõem este relatório, organizado da seguinte forma:

- 📌 Contexto político: participação social para o mundo que queremos pós-2015
- 📌 A estratégia da Abong para a consulta nacional do Brasil
- 📌 Visão e Princípios
- 📌 Recomendações das oficinas temáticas
- 📌 Anexos

II. Contexto político: participação social para o mundo que queremos pós-2015

Na segunda metade do século XX, a sociedade e o Estado brasileiros passaram por profundas mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais. O processo de transição democrática e a elaboração de uma nova constituição em 1988 consolidaram direitos sociais, a serem garantidos mediante políticas públicas, por ações promovidas de forma descentralizada e com participação social. A formulação e gestão dessas políticas passaram a ser mais abertas e transparentes, favorecendo a inclusão da população nos processos de formulação e decisão sobre políticas públicas.

Como parte desse processo, passam a compor o vasto campo da sociedade civil entidades e organizações de diversos tipos, tais como os grupos sindicais, entidades como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), movimentos por demandas universais, tais como os feministas, LGBT, movimento sem terra e movimento negro e de saúde no enfrentamento ao autoritarismo social que permeia o conjunto de relações políticas, econômicas, sociais e culturais na

sociedade e Estado brasileiros.

As organizações da sociedade civil que atuam no enfrentamento às violações dos direitos humanos e na reivindicação da efetivação de direitos políticos, civis, econômicos, sociais e culturais, passam a compor um campo em defesa de direitos e bens comuns, que se constitui como eixo de identificação de um vasto campo de atores sociais e, nesse contexto, para garantir a inclusão de diferentes segmentos nos processos de construção de políticas públicas, foram criadas estruturas formais de participação social, como os conselhos de políticas setoriais e as conferências, espaços de formulação, proposição e controle das políticas públicas. Tais espaços se consolidaram no Brasil, nos últimos 20 anos, como principal mecanismo de expressão política, pela interação comunicativa e deliberativa que promovem, e por possibilitarem a articulação entre o conjunto de experiências dos movimentos sociais e os atores estatais.

No entanto, apesar da inclusão formal dessa diversidade de atores sociais nos processos de formulação e monitoramento de políticas públicas, esses espaços pouco têm garantido a incorporação das demandas da sociedade civil na elaboração de políticas. Dentre as causas, destacam-se a tradição autoritária do Estado brasileiro e a resistência dos atores estatais em incorporar as deliberações dos Conselhos na elaboração e gestão de suas políticas. Isso implica na dificuldade de reverter e redimensionar, na dinâmica corrente dos espaços institucionais de participação no Brasil, a centralidade do Estado na definição das políticas. Também por problemas de representatividade e pela relação clientelista entre Estado e sociedade civil, há pouca inovação nas políticas públicas desenvolvidas nesses espaços, que se tornam mais reativos que propositivos.

As gestões presidenciais da última década procuraram enfatizar políticas de participação social por meio de diversos mecanismos e instâncias em âmbito federal, estadual e municipal, mas seus impactos na formação de políticas públicas ainda são complexos e, muitas vezes, contraditórios¹. A experiência de participação, no entanto, serviu para fortalecer a sociedade civil brasileira em sua busca por uma democracia efetivamente participativa, tornando-a atenta para o tema não só em âmbito nacional como também internacional.

De fato, organizações e movimentos da sociedade civil brasileira têm participado ativamente de redes e fóruns internacionais sobre os mais diversos temas relacionados ao desenvolvimento: desde a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável de 1992 até a Cúpula dos Povos de 2012, a agenda internacional das organizações brasileiras em defesa de direitos e bens comuns tem se ampliado consideravelmente, passando a buscar formas de participação nos regimes internacionais de direitos humanos, comércio, clima, meio ambiente entre outros².

Assim, a Abong considera a campanha Pós-2015 como uma oportunidade importante para fortalecer a participação social nas instâncias internacionais relacionadas ao desenvolvimento, e procurou motivar não apenas organizações associadas, mas também ativistas e movimentos do seu campo, para contribuir com a consulta nacional.

¹ Para uma análise sobre o tema, veja a publicação "Arquitetura da Participação Social no Brasil Contemporâneo: avanços e desafios", realizada pelo INESC e pelo Instituto Pólis com apoio da Fundação Ford, acessível pelo link: <http://www.inesc.org.br/noticias/biblioteca/textos/relatorio-arquitetura-da-participacao-social-no-brasil>.

² Destaca-se a realização da Conferência Nacional 2003 a 2013: uma nova política externa, durante a qual o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Antonio Patriota, respondeu parte das demandas da sociedade civil por maior participação nos temas de política externa anunciando a criação de um mecanismo de diálogo com a sociedade até o fim de 2013. Mais informações sobre a conferência disponíveis no site <http://www.conferenciapoliticaexterna.org.br>.

III. A estratégia da Abong para a consulta nacional do Brasil

Para a realização da consulta, a Abong optou pela implementação de uma estratégia em duas fases sucessivas: a primeira de visibilidade e engajamento, cujo objetivo principal foi divulgar a campanha, já que se tratava de assunto pouco conhecido entre organizações do nosso campo de atuação; a segunda de realização de oficinas temáticas em diferentes cidades brasileiras, com vistas a aproveitar o trabalho já realizado por esses movimentos e organizações para acordar recomendações para o governo brasileiro e para a Organização das Nações Unidas (ONU) nos temas em tela:

Visibilidade e engajamento

Em 26 de fevereiro de 2013, a Abong realizou uma oficina de compartilhamento de estratégias sobre a campanha Pós-2015 em São Paulo, após divulgar informações sobre o tema entre redes e parceiros. O objetivo desta primeira oficina foi tornar o processo de consulta nacional mais representativo das organizações que atuam em defesa dos direitos e bens comuns no Brasil. O evento contou com mais de 50 participantes³, entre representantes de organizações e movimentos sociais, estudantes e ativistas de defesa de direitos.

Esta oficina preparatória incluiu apresentações de representantes da Secretaria Geral da Presidência da República (SG/PR) e da equipe da ONU no Brasil, que compartilharam suas estratégias de engajamento na campanha. Em seguida, foi realizada uma sessão de trabalho em grupos, durante a qual foram discutidos princípios e estratégias que deveriam ser incorporados pela consulta. Os participantes reiteraram a necessidade de sistematizar metas e compromissos já assumidos pelo governo Brasileiro por meio de tratados e convenções internacionais e em espaços institucionalizados de participação em âmbito nacional, como os conselhos e conferências, de modo que apresentamos, como principal recomendação desta primeira oficina, recuperar as deliberações das Conferências Nacionais realizadas no Brasil na última década (o Anexo deste relatório inclui as deliberações de 10 conferências realizadas nos últimos cinco anos).

Oficinas temáticas

Nos meses subsequentes, para garantir uma participação efetiva, a Abong realizou, junto a organizações e movimentos parceiros (a lista de organizações co-organizadoras está no Anexo deste relatório), um total de **três oficinas temáticas**.

A metodologia das oficinas promoveu a participação dos(as) convidados(as) para, a partir do trabalho já desenvolvido pelos movimentos e organizações participantes, acordar recomendações e propostas. O formato da oficina (trabalhos em grupo, plenária, dinâmica) variou de acordo com o número de participantes e o contexto local. Seus resultados foram sistematizados para compor este relatório que, esperamos, será um instrumento de advocacy (integral ou dividido por temas) a ser compartilhado e utilizado por todos os participantes em âmbito nacional, regional e global. Foram realizadas as seguintes oficinas temáticas:

-  Brasília: **Infância e Juventude**
parceiro co-organizador: **INESC** (Projeto Onda), **Engajamundo**
-  Salvador: **Enfrentamento ao racismo**
parceiros co-organizadores: **Vida Brasil**, **Conen**, **Iceafro**
-  Recife: **HIV/AIDS e equidade de gênero**
parceiro co-organizador: **Gestos - HIV, Comunicação e Gênero**

³ Veja lista de participantes anexa.

IV. Visão e Princípios

A visão e os princípios dizem respeito aos aspectos mais gerais que surgiram ao longo do processo de consulta, especialmente na oficina de visibilidade e engajamento realizada em fevereiro de 2013.

Na ocasião, após a apresentação da campanha Pós-2015 e do contexto em que ela se encontra, os(as) participantes deram início a uma rodada informal de avaliação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e, de forma geral, concordaram que uma avaliação do progresso dos ODMs representa oportunidade especial para mobilizações internacionais, nacionais e locais em torno desta agenda, provocando sociedade civil e governos a redobram esforços para alcance dos acordos já estabelecidos, e a reverem posicionamentos e metodologias que nortearam os processos relacionados aos ODM. Além disso, os participantes avaliaram que, nos últimos 15 anos, o Brasil avançou tanto internamente quanto no cenário internacional no que tange à efetivação de direitos, fortalecimento da sociedade civil e cooperação.

No entanto, apesar de avanços importantes no comprometimento dos Estados com relação ao desenvolvimento, reconheceu-se que os ODMs foram construídos de forma pouco participativa, e que a governança global contemporânea foi incapaz de assegurar seu efetivo financiamento e implementação. Ademais, alguns participantes avaliaram que os ODMs resultaram no “esvaziamento político” da agenda de direitos humanos, conquistada no chamado Ciclo Socioambiental da ONU iniciado na Rio 92 (em temáticas como desenvolvimento sustentável; mulheres; direitos humanos; direitos sociais; questão racial, entre outras).

Assim, os participantes da oficina de fevereiro elencaram, de forma geral, os seguintes princípios que deveriam nortear a elaboração dos marcos de desenvolvimento pós-2015:

- ☞ **COERÊNCIA:** recuperar compromissos já assumidos pelo Brasil nos tratados e convenções internacionais relacionados ao desenvolvimento, especialmente com relação àqueles assumidos no âmbito do Ciclo de Conferências da ONU na década de 1990. Os participantes enfatizaram o risco da ONU tentar “reinventar a roda”, em vez de recuperar o trabalho já realizado nas últimas décadas.
- ☞ **EFETIVIDADE:** assegurar espaço para participação da sociedade civil na implementação, monitoramento e avaliação do marco de desenvolvimento pós-2015; garantir compromisso político com o financiamento das metas acordadas; garantir que as metas cheguem às questões estruturais que impedem o desenvolvimento.
- ☞ **REPRESENTATIVIDADE:** garantir o protagonismo dos segmentos em situação de vulnerabilidade na formação do marco de desenvolvimento pós-2015; fazer uso da capilaridade das organizações e movimentos de defesa de direitos para garantir pluralidade na participação; fazer uso do trabalho já realizado pelos movimentos e organizações em temas afetos à consulta.

Assim, para garantir efetividade na construção da Agenda Pós-2015, é preciso considerar: (i) a fragilidade (política, institucional, financeira) na qual se encontra o multilateralismo por meio da ONU e (ii) a limitação dos mecanismos de participação social que garantam a incorporação das demandas e necessidades das pessoas diretamente afetadas por modelos de produção e consumo baseados na privatização dos bens comuns e na financeirização da natureza que geram violações de direitos humanos.

⁴ A oficina de visibilidade e engajamento foi realizada no âmbito da Assembleia Geral da Abong, que acontece a cada três anos, e que, em 2013, foi precedida por um seminário intitulado “Governança e Solidariedade global: o lugar da sociedade civil”. A ideia era estimular o debate e a reflexão sobre a participação da sociedade civil brasileira nos processos internacionais, para subsidiar a realização da oficina preparatória. Veja mais informações sobre o seminário no link: <http://www.abong.org.br/noticias.php?id=6028>.

⁵ Cabe destacar que esta oficina inicial contou com participantes bastante diversos: estudantes, ativistas, representantes de organizações, redes e movimentos, estudantes e interessados em geral. Assim, os resultados e as observações sobre “visão” e “princípios” são mais políticos do que técnicos, e refletem essa diversidade.

No que se refere ao Brasil, o principal desafio a ser enfrentado é a desigualdade – econômica, de raça/cor e etnia, inequidade nas relações de gênero e desrespeito à orientação sexual – associada aos fenômenos do racismo, do sexismo e da homofobia. Tais desigualdades só serão combatidas por meio da alteração das relações de poder vigentes, que no momento impedem, por exemplo, o financiamento adequado da saúde e da educação. É preciso combater as relações de poder que resultam em emprego de baixa qualidade e em um sistema tributário regressivo, que faz com que os pobres paguem proporcionalmente muito mais impostos que os ricos. É preciso superar as relações de poder que continuam a relegar para o segundo plano negros, povos indígenas, mulheres e a população LGBT.



V. Análise e recomendações das oficinas temáticas

Infância e Juventude

Brasília, 13 de maio de 2013

parceiro co-organizador: **INESC** (Projeto Onda), **Engajamundo**

Análise

Os jovens consultados durante a oficina temática sobre infância e juventude estão habituados a tratar de temas relacionados a políticas públicas de forma geral, pois, em sua maior parte, participam de iniciativas relacionadas à promoção de direitos e ao debate sobre desenvolvimento. As recomendações, portanto, dizem respeito tanto ao Governo brasileiro quanto às Nações Unidas, pois tratam de temas relacionados principalmente à **qualidade e acessibilidade da educação**, mas também temas mais gerais como **alimentação nas escolas, transporte, pobreza e energia**. Na ocasião, os participantes também reiteraram a importância da **autorrepresentação**, ou seja, colocam-se como interlocutores capazes e ansiosos por serem ouvidos sem intermediários nos processos políticos nacionais e internacionais.

Recomendações para o Governo Brasileiro e para a ONU

1. Atenção especial às escolas rurais em relação à cultura e alimentação;
2. Educação com metodologias que integrem pessoas com deficiência e estimulem o seu aprendizado;
3. Que a educação atenda às demandas de diferenças culturais: indígenas, comunidades tradicionais etc;
4. Acompanhamento nutricional nas escolas;
5. Qualidade na educação: escolas públicas em todos os municípios, comunidades e regiões administrativas de ensino básico (primário a ensino médio);
6. Que atenda a todos os estudantes das comunidades tendo no máximo 25 alunos em cada sala;
7. Transporte público de qualidade, maior fluxo e integração com outros estados;
8. Saúde de qualidade: focar na promoção da saúde com atendimentos da família, com profissionais qualificados e recursos adequados;
9. Erradicar trabalho infantil promovendo estratégias para adolescentes terem uma renda mensal;
10. Empresas e órgãos públicos terem uma cota para a contratação de aprendizes;
11. Promover e investir em inclusão digital;
12. Diminuir a pobreza e miséria;
13. Implementação de métodos educacionais que incentivem alunos e professores;
14. Pleno acesso ao saneamento básico;
15. Investimento em infraestrutura;
16. Investimento em energias renováveis.

⁶ O projeto ONDA: Adolescentes em Movimento pelos Direitos é um trabalho realizado pelo Inesc com apoio da Kindernothilfe. O projeto visa introduzir o tema dos direitos humanos e do orçamento público em escolas do Distrito Federal. Todas situadas em diferentes cidades do Distrito Federal (DF), a maioria em regiões de exclusão social. O objetivo do projeto é assegurar o envolvimento de crianças e adolescentes na discussão sobre direitos e cidadania, observando como se relacionam com o orçamento público. A ideia é fortalecer a capacidade de atuação dos/as jovens na conquista de seus direitos e no monitoramento das políticas públicas a eles/as destinadas. Mais informações <http://www.criancanoparlamento.org.br/?q=node/66>.

Enfrentamento ao racismo

Salvador, 16 de maio de 2013

parceiro co-organizador: **Vida Brasil, Conen, Iceafro**⁷

Análise

A oficina em Salvador reuniu mais de 20 lideranças de organizações e movimentos negros em atividade no Brasil, e a primeira recomendação do grupo – bastante significativa – foi a troca do título da oficina de “Diversidade e Igualdade de Raça” para “Enfrentamento ao Racismo”, o que revela a importância de se reconhecer o racismo como obstáculo histórico que persiste e contribui com a desigualdade no país. O grupo também acordou o seguinte texto introdutório para as recomendações:

“É preciso ter consciência de que não existirá alcance de sucesso para qualquer programa que se pretenda referenciado em desenvolvimento com justiça social e ambiental, se o mesmo não está ancorado no combate ao racismo e suas históricas e brutais atrocidades resultantes, concepção esta que nos conduz a afirmar que a ausência da dimensão de desafios para superação dos danos sócio-raciais entre os 8 Objetivos do Milênio, adotados pela Assembleia Geral das Nações Unidas através da resolução 55/2, de 8 de Setembro de 2000, com anuência de 189 países signatários, é consequência de uma visão de mundo que além de não reconhecer a dívida histórica, também nega a importância deste ancoramento como compromisso social preponderante, ou o considera descartável.

Entendemos que as elaborações e consequente compartilhamento de convergência com as demais organizações nacionais e internacionais a serem apresentadas em forma de proposições refletindo expectativas e desejos enquanto desafios resultantes desta consulta no contexto das organizações da sociedade civil comprometidas com o tema, deverão ter como horizonte para seu cumprimento o período do Decênio Internacional Para as Populações Afrodescendentes, estabelecido pela própria ONU.”

Recomendações para o Governo Brasileiro

1. Ampliar para 50% o percentual da presença de negros e negras nas universidades públicas;
2. Construir e implementar um novo modelo de política de segurança pública, tendo como questões centrais o imediato posicionamento do Estado brasileiro contra a redução da maioria penal, contra o extermínio da juventude negra, e contra a criminalização dos movimentos sociais e das comunidades populares, urbanas e rurais;
3. Criar mecanismos para eliminar a ausência da população negra no mercado de trabalho;
4. Estabelecer mecanismos para cessar o extermínio da juventude negra;
5. Estabelecer um plano de trabalho que alcance a meta de 100% das titulações de terra para as comunidades quilombolas em um período de 10 anos;
6. Estabelecer uma política de moradia digna que supere a existência de moradores(as) de rua, realidade onde a população negra é maioria em alguns estados;
7. Garantir o acesso à água, a terra e a territórios, e criar políticas efetivas pela titulação das terras quilombolas, indígenas e territórios pesqueiros;
8. Promover políticas contra a especulação fundiária e imobiliária em terras de ocupação das majorias nas cidades e garantir a implementação do Estatuto das Cidades;
9. Garantir o direito efetivo à consulta prévia e informada das comunidades populares, em especial os povos tradicionais, referente a obras e projetos de desenvolvimento públicos e privados;

10. Implantar, em âmbito nacional, políticas e ações de promoção e assistência à saúde da população negra, implementando, efetivamente, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da População Negra, observando: o enfrentamento ao racismo institucional no SUS, o cuidado aos agravos mais prevalentes a esta população (como hipertensão diabetes, doença falciforme, morbimortalidade materna e infantil, prevenção de deficiências) e respeito às práticas de cuidado das religiões de matrizes africanas;

11. Reconhecer a comunicação como direito humano e fundamental, estabelecendo um marco regulatório dos meios de comunicação no Brasil e nas Américas, com a participação da sociedade civil, incluindo a questão do enfrentamento ao racismo e garantindo a pluralidade de meios.

Recomendações para as Nações Unidas

1. Criar mecanismos que contribuam com consolidação da democracia, erradicação da pobreza, impulsionar o desenvolvimento sustentável no Continente Africano;
2. Fortalecer e fomentar paradigmas de um modelo de desenvolvimento que incorpore as formas solidárias de produção e comercialização praticadas por povos e comunidades tradicionais, tais como, populações negras e indígenas, assim como a agroecologia, a preservação do meio ambiente e a defesa de direitos;
3. Estabelecimento de fundo para promoção do desenvolvimento com justiça social e ambiental no Haiti;
4. Criar e implementar políticas culturais considerando-as como direito humano e fundamental.

Recomendações para o Governo Brasileiro e para as Nações Unidas

- 1 - Eliminar as disparidades salariais para uma mesma função entre a população negra e branca, considerando as questões de gênero.
- 2 - Criar e implementar mecanismos de combate ao racismo e sexismo institucional, incluindo as estruturas de governo com a efetiva participação do movimento negro e demais grupos historicamente fora dos espaços de poder e decisão;
- 3 - Estabelecer como um dos referências para a implantação de políticas públicas o cumprimento dos itens contidos no Plano de Ação e Declaração aprovado na III Conferência Mundial Contra o Racismo, a Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância.
- 4 - Criar e implementar políticas culturais de afirmação da diversidade e da diferença como mecanismo de enfrentamento e transformação ao ideário de imaginários excludentes;
- 5 - Criar e implementar políticas públicas de preservação e valorização dos sítios e espaços históricos da cultura negra;
- 6 - Garantir o acesso das mulheres ao serviço de saúde no período reprodutivo com foco na redução da morbimortalidade materna entre as mulheres negras.

HIV/AIDS e equidade de gênero

Recife, 24 de maio de 2013

parceiro co-organizador: **Gestos - HIV, Comunicação e Gênero**

Análise

A oficina em Recife resultou em recomendações e análises bastante completas com relação ao tema em debate, inclusive uma ponderação sobre princípios norteadores específicos para a questão de HIV/AIDS e gênero e um subtítulo para a consulta temática: “Fortalecer a resposta ao HIV e a equidade de gênero na agenda pós-2015 é essencial para o desenvolvimento sustentável”. A seguir apresentamos a íntegra do documento resultante da oficina:

A oficina tratou de dois grandes debates da agenda pós-2015, a resposta à epidemia do HIV e a Equidade de Gênero, e usou como referência resultados de consultas globais (a de saúde, a de dinâmica populacional, a de inequidades, por exemplo) e propostas da sociedade civil apresentadas a partir das consultas virtuais e defendidas por redes e organizações que atuam nos dois campos. Ele foi construído para informar a consulta presencial coordenada pela ABONG em parceria com a Gestos-HIV, Comunicação e Gênero sobre as Novas Metas Estratégicas de Desenvolvimento e recebeu também aportes e adesões de redes nacionais, a partir de consultas virtuais no mês de maio.

“A revisão da implementação da Conferencia Internacional de População e Desenvolvimento (CIPD +20) em 2014, da Declaração Política para Intensificar Esforços para Eliminar o HIV e a AIDS a avaliação do progresso dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM +15) em 2015 apresentam oportunidades especiais para mobilizações internacionais, nacionais e locais em torno desta agenda, provocando sociedade civil e governos a redobram esforços para alcance dos acordos já estabelecidos.

Esse movimento é importante, pois mesmo considerando que progressos significativos ocorreram em muitas áreas, ainda estamos aquém das Metas acordadas e, embora os atuais Objetivos do Milênio tenham refletido o compromisso de deter e reverter a propagação do HIV, alcançar a igualdade de gênero, melhorar a saúde materna, explicitamente através do acesso universal à saúde reprodutiva, de modo algum está assegurado que estes acordos serão cumpridos ou que, uma vez não alcançados, seguirão como metas ou indicadores específicos na Agenda pós-2015. Especialmente no contexto de agravamento da crise financeira na Europa e EUA, da redefinição da agenda de assistência internacional e das recentes mudanças na geopolítica mundial. Prioridades tem sido revistas e, nas Nações Unidas, as forças conservadoras e fundamentalistas estão cada vez mais organizadas e financiadas.

É fundamental, portanto, que as novas metas estratégicas do desenvolvimento sejam mais ambiciosas que os ODM e algumas das razões são elencadas a seguir.

Apesar do progresso mensurável sobre o ODM 6 (AIDS, TB e Malaria) – em 2012 novas infecções pelo HIV caíram em 20% desde 2001, devido a estratégias combinadas de prevenção biomédica, comportamental e estrutural – o acesso ao tratamento antirretroviral hoje beneficia apenas metade das pessoas que são elegíveis para o tratamento e a implementação de estratégias amplas de prevenção, cientificamente comprovadas, continuam um desafio.

Hoje 34 milhões de pessoas vivem com HIV, a população jovem responde por 40% de todas as novas infecções, o HIV ainda representa a quinta maior carga de doenças no mundo. Claramente o ritmo atual de progresso é insuficiente para atingir os compromissos a serem alcançados até 2015 – inclusive aqueles voltados a eliminar as desigualdades de gênero e a violência de gênero e a aumentarem a capacidade das mulheres e meninas de se protegerem do HIV. Essas metas, embora potencialmente atingíveis, não serão alcançadas tão rapidamente – por isso necessitam estar presentes e fortes no processo Pós-2015.

Da mesma forma, a necessidade de criação de um objetivo específico na nova agenda Pós 2015 para igualdade de gênero tem sido uma demanda forte do movimento de mulheres e de saúde sexual e reprodutiva, que conta com apoio da ONU Mulher, do UNFPA e da UNAIDS e no momento encontra-se em debate pelos governos. Mas sabemos os desafios na promoção dessa agenda – haja visto o difícil processo da Rio +20, cujo documento final somente com muita pressão da sociedade civil e governos progressistas, reafirmou-se o compromisso com a implementação integral da Plataforma de Ação de Pequim e do Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento.

É certo que a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres foram afirmados como pilares do desenvolvimento sustentável na Rio+20, referenciando “saúde sexual e reprodutiva e a promoção e proteção de todos os direitos humanos neste contexto”. No entanto, ainda não se observam esforços efetivos de muitos governos – nem do Brasil, inclusive– para evitar, por exemplo, que os problemas relacionados à saúde sexual e reprodutiva continuem a impactar negativamente as vidas das pessoas, as sociedades, a economia e os processos de desenvolvimento. Alternativas e soluções sabidamente comprovadas estão disponíveis, mas claramente falta vontade política, o que se reflete na ínfima alocação de orçamentos públicos para o que diz respeito à enfrentar as desigualdade de gênero.

Finalmente, há de se considerar que o debate sobre um mundo sustentável ocorre em contextos complexos de mudanças sociais, acompanhadas por redes sociais on-line e em tempo real, pela superação de ditaduras antigas e criação de novos processos de dominação; protestos contra o aumento do desemprego e as medidas de austeridade; num mix de crises financeiras e institucionais e da renovada organização entre as comunidades LGBTI em países de baixa e média renda, e de grandes desafios enfrentados pelos movimentos de pessoas vivendo com HIV, de mulheres e de jovens.

É neste contexto que as Organizações e Redes brasileiras abaixo assinadas, através de discussões virtuais ou presenciais, somam-se aos esforços globais de contribuir na construção dos Novos Objetivos Estratégicos do Milênio, respondendo ao convite da ABONG – Associação Brasileira de ONGs, para nos posicionarmos frente ao tema.

Princípios gerais que devem nortear as negociações:

1. Cientes dos desafios para alcançar os Objetivos do Milênio, ao mesmo tempo em que os governos se dedicam à construção das novas metas de desenvolvimento estratégico, é fundamental que acelerem os esforços para alcance dos atuais ODMs. Esse avanço, por sua vez, deve basear-se nas estratégias que já demonstraram resultados comprovados, por exemplo na redução da mortalidade infantil e morte materna e no controle do HIV, tuberculose, malária e das doenças tropicais negligenciadas; na eliminação da desnutrição crônica e na promoção do acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo concepção e contracepção. Tais objetivos devem ser ainda mais ambiciosos na futura agenda.

2 Tanto para a atual agenda dos ODM, quanto para os novos objetivos estratégicos, é fundamental garantir o reconhecimento e inclusão dos grupos em maior condição de marginalidade social e econômica nos processos de planejamento, monitoramento e avaliação das políticas – nacional e globalmente. Tais populações incluem profissionais do sexo, pessoas que usam drogas, homens gays, transexuais, pessoas em situação de cárcere, migrantes, jovens, pessoas com deficiência, afrodescendentes e indígenas, entre outras. A participação destes segmentos no controle social implica, também, na criação de normas e jurisprudências que garantam, de forma transparente, a sustentabilidade política e financeira da sociedade civil.

3. A nova agenda global de saúde deve reconhecer que os determinantes sócio-econômicos e políticos de saúde e os direitos sexuais e reprodutivos são aspectos fundamentais para a saúde individual,

familiar e comunitária, e para o bem-estar, participação cidadã e empoderamento econômico e psicológico de mulheres e meninas, pessoas trans e homens que fazem sexo com homens. A nova meta deve garantir o acesso universal de todas as pessoas a serviços de saúde sexual e reprodutiva abrangentes e de qualidade, entre eles o acesso gratuito à contracepção, aos preservativos masculinos e femininos, à prevenção e tratamento de infecções sexualmente transmissíveis, incluindo o acesso universal e gratuito aos medicamentos anti-retrovirais; à detecção precoce de doenças não transmissíveis do sistema reprodutivo, incluindo câncer de mama e do colo do útero; à maternidade segura, incluindo o acesso ao aborto legal e seguro.

4. Os novos Objetivos estratégicos do desenvolvimento devem assegurar o acesso universal à educação de qualidade, laica e gratuita, independentemente do sexo, idade, etnia, religião, status socioeconômico, status de imigração, identidade de gênero, orientação sexual, entre outros. Devem garantir o acesso à juventude de uma educação sexual amigável e ampla (inclusive em espaços além da educação formal), que os permita desafiar normas de gênero nocivas, prevenir-se do HIV e da violência de gênero, da gravidez precoce e não desejada, planejar suas vidas e tomar decisões informadas sobre sua sexualidade.

5. Também deve desenvolver indicadores inovadores para monitorar se e como as pessoas mais pobres e marginalizadas são alcançadas pelos serviços essenciais, incluindo os de HIV e enfrentamento da violência, os de proteção social e todos que sejam relevantes para o enfrentamento das desigualdades.

6. O cuidado e a reprodução social estão intrinsecamente ligados à economia produtiva e, portanto, devem ser refletidos na concepção das políticas macroeconômica. Na agenda pos-2015 deve-se assegurar o acesso equitativo e controle de mulheres aos recursos, promovendo a justa distribuição de bens em relação ao uso da terra e da tecnologia, por exemplo.

7. Políticas e programas de desenvolvimento, incluindo os de “ajuda externa”, devem ser projetados para apoiar a igualdade de gênero. O financiamento para erradicar as normas de gênero prejudiciais, as desigualdades e as construções sociais negativas que aumentam a vulnerabilidade das mulheres à HIV e à violência, devem estar entre as prioridades. Estratégias precisam ser desenvolvidas para economizar os recursos públicos e usá-los de forma transparente. Estudos mostram que para cada dólar investido em prevenção, economiza-se mais que o dobro em custos não incorridos. O financiamento de métodos de concepção e contracepção, por exemplo, pouparia mais de US \$ 11 bilhões de dólares/ano gastos em cuidados de saúde materna e neonatal para os países em desenvolvimento.

8. Reconhecer que a igualdade de gênero e a AIDS têm um impacto significativo sobre a dinâmica populacional é fundamental para promover mudanças demográficas em países com altas taxas de pobreza, mortalidade e fecundidade. Ambos aspectos estão relacionados ao trabalho, distribuição de renda e proteção social e, portanto, à capacidade dos países para garantir o acesso à saúde, educação, empoderamento econômico e serviços essenciais. Ênfase deve ser dada à criação de oportunidades sócio-econômicas e de liderança para jovens de ambos os sexos de maneira equitativa e deve-se reconhecer que, independentemente das tendências de alta ou baixa fecundidade, o acesso à SSR é essencial para a dignidade e para a capacidade de manter uma vida produtiva.

9. A agenda pós-2015 deve incluir indicadores globais mensuráveis para eliminar todas as formas de violência, em todos os espaços públicos, privados – tolerada ou exercidas pelo Estado, assegurando a prevenção, tratamento, punição e erradicação da violência de gênero com base em acordos internacionais, como Belém do Pará e CEDAW. Deve garantir, inclusive, a integração entre os serviços HIV, saúde mental, violência de gênero e abuso sexual. Atenção especial deve ser dada para proteger mulheres e meninas em contextos de conflito, considerando a igualdade de gênero e a proteção das mulheres como fundamental para estabilização e estabelecimento da paz.

10. Deve considerar os DSDR na agenda de sustentabilidade ambiental, uma vez que quando as mulheres são capazes de exercer seus direitos reprodutivos e escolher o tamanho de suas famílias através do acesso à informação e serviços de contracepção, elas tendem a optar por número de crianças que podem melhor manter. Tais famílias são mais saudáveis, resistentes e capazes de prosperar quando confrontados com crises ou mudanças ambientais e, em combinação com as mudanças nos padrões de produção e consumo insustentáveis, podem ajudar a aliviar as pressões sobre os recursos limitados e os ecossistemas já abalados.

11. As metodologias de monitoramento dos novos indicadores na agenda pós-2015 devem coletar dados desagregados de gênero, idade e etnia para informar todas as políticas e serviços. E devem considerar a participação formal de representantes da sociedade civil nos seus processos de acompanhamento e avaliação das políticas.

Recomendações para o Governo Brasileiro

1. Defender que o cronograma para os ODM não expirou e que avanços significativos podem ser feitos até o final de 2015. O processo de definição de agenda pós-2015 não deve prejudicar a continuação destes esforços;

2. Defender que a nova agenda de desenvolvimento não aborde o HIV apenas como uma questão de saúde, exclusivamente, e sim como uma agenda importante dos direitos humanos e do desenvolvimento. Internamente o Brasil deve ampliar a sinergia entre as políticas de AIDS e as estratégias de promoção da igualdade de gênero, erradicação da pobreza e promoção dos direitos humanos e igualdade racial.

3. O Brasil deve apoiar o desenvolvimento de uma meta global específica sobre “Equidade de Gênero”, que atenda às necessidades de serviços básicos das populações mais impactadas pelo HIV, incluindo mulheres que usam drogas, profissionais do sexo e pessoas transexuais; que fortaleça programas de desenvolvimento econômico, ambiental e social – inclusive com ênfase na questão dos direitos sexuais e reprodutivos de todas as pessoas, independente de identidade de gênero, orientação sexual, raça, etnia ou idade.

4. Ao mesmo tempo, o governo brasileiro deve promover os direitos sexuais e os direitos reprodutivos, a autonomia e a igualdade de gênero como também eixos transversais nas discussões globais da agenda pós-2015, inclusive defendendo que as estratégias empoderamento de adolescentes e jovens devem ser centrais para o desenvolvimento sustentável;

5. Deve considerar que o papel fundamental das mulheres na gestão dos recursos hídricos da comunidade pode ser um ponto de entrada eficaz para programas de educação sanitária e de higiene, que podem ajudar a reduzir a incidência de doenças.

6. O Brasil deve promover (internacionalmente e nacionalmente) a liderança e participação das mulheres indígenas e negras nos espaços de decisão coletiva em nível local, estadual, nacional e regional, para garantir a autonomia dos grupos indígenas e afrodescendentes no âmbito dos direitos humanos, promover a igualdade, incentivar o resgate, o cuidado e a proteção dos patrimônios culturais e da diversidade multiétnica.

7. O Brasil deve apoiar a criação de mecanismos de financiamento inovadores para o desenvolvimento sustentável, voltados à promoção do acesso aos Direitos Humanos – Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais. Entre eles, deve fortalecer a agenda em prol da taxa sobre transações financeiras globais para erradicação da pobreza.

8. Finalmente, num contexto onde tem avançado a influência de grupos religiosos fundamentalistas

e onde as agendas de promoção da equidade de gênero, direitos sexuais e de reprodutivos da população brasileira encontram barreiras cada vez maiores, é estratégico que no âmbito dos estados e municípios grupos que atuam na defesa de direitos da sociedade civil sejam fortalecidos e financiados, através de um marco regulatório específico, em suas estratégias de mobilização, sensibilização e controle social sobre temas que, nacionalmente, estão são considerados controversos. A laicidade do Brasil é fundamental para o aprofundamento dos nossos processos democráticos e da viabilização integral ao pleno acesso a todos os direitos humanos no país.

VI. Anexos

- Resoluções de Conferências Nacionais realizadas no Brasil nos últimos cinco anos
- Lista de organizações participantes das oficinas temáticas
- Fotos das oficinas

Anexo 1

Resoluções de Conferências Nacionais realizadas no Brasil nos últimos cinco anos

4ª Conferência das Cidades - 19 a 23 de junho de 2010 - Resoluções aprovadas disponíveis aqui: http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosConselho/ArquivosPDF/4_CNC_-_Caderno_Resolucoes_Versao_Final.pdf

IX Conferência Nacional de Assistência Social - 16 a 19 de dezembro de 2013 – Resoluções aprovadas disponíveis aqui: <http://www.mds.gov.br/cnas/conferencias-nacionais/ix-conferencia-nacional>

2ª Conferência Nacional de Juventude - 9 a 12 de dezembro de 2011 - Resoluções aprovadas disponíveis aqui: <http://www.juventude.gov.br/conferencia/resolucoes-finais/propostas-finais>

3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres - Realizada de 12 a 15 dezembro 2011 - Resoluções aprovadas disponíveis aqui: <http://www.nieg.ufv.br/docs/resolucoes-da-3a-cnpm.pdf>

1ª Conferência Nacional de Comunicação – Realizada em dezembro de 2009 – Resoluções aprovadas disponíveis aqui - http://www.fndc.org.br/arquivos/relatorio_aprovada_completo.pdf

14ª Conferência Nacional de Saúde – Realizada em dezembro de 2012 – Resoluções aprovadas disponíveis aqui - http://www.conselho.saude.gov.br/14cns/docs/Relatorio_final.pdf

Conferência Nacional de Educação – Realizada de 28 de março a 1 de abril de 2010 - Resoluções aprovadas disponíveis aqui: http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/pdf/documetos/documeto_final_sl.pdf

11ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos – Realizada de 15 a 18 de dezembro de 2008 - Resoluções aprovadas disponíveis aqui: http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Direitos_humanos_XI/deliberacoes_11_conferencia_direitos_humanos.pdf

III Conferência Nacional do Meio Ambiente (CNMA), realizada de 7 a 10 de maio de 2008 - Resoluções aprovadas disponíveis aqui: <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/conferencia-nacional-do-meio-ambiente/iii-conferencia/deliberacoes>

1ª Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social – realizada de 18 e 20 de maio de 2012 - Resoluções aprovadas disponíveis aqui: http://www.cgu.gov.br/consocial/Biblioteca/RelatorioFinal/relatorio_final.asp

Anexo 2

Lista de organizações participantes das oficinas temáticas e consultas virtuais

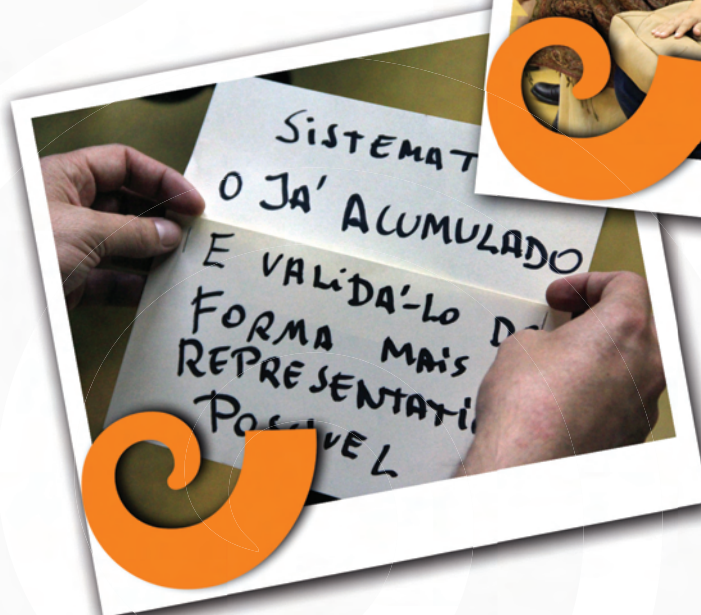
- 1) Vida Brasil
- 2) Conen
- 3) Iceafro
- 4) Unegro
- 5) MNU
- 6) Acbantú
- 7) Aganjú
- 8) IPR
- 9) Fórum de Entidades Negras
- 10) Olodum
- 11) Uniram
- 12) Steve Biko
- 13) Cama
- 14) Abadfal
- 15) Coordenação de Quilombos (Pitanga dos Palmares - Bernadete)
- 16) Rio dos Macacos
- 17) Quilombo X / Reaja
- 18) Odara
- 19) CEN –Coletivo de Entidades Negras
- 20) Mídia Étnica
- 21) Cecup
- 22) Fórum de Cultura (Lauro de Freitas)
- 23) Camapet
- 24) Cese
- 25) Espiral do Reggae
- 26) Comissão Pastoral da Pesca (CPP)
- 27) Movimento de Pescadoras e Pescadores (MPP)
- 28) CMA Hip Hop
- 29) Fórum de Juventude
- 30) Articulação de terreiros / Associação São Jorge Filhos da Gomeia
- 31) Bloção
- 32) Makota Valdino Pinto
- 33) Inesc
- 34) Engajamundo
- 35) Comunidade Bah'ái do Brasil
- 36) ABIA – Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS.

- 37) Anis
- 38) Articulação AIDS PE
- 39) ASQV - Grupo de Amigos na Luta Contra a SIDA Pela Qualidade de Vida – PE
- 40) BEMFAM - Bem-Estar Familiar no Brasil
- 41) Centro das Mulheres do Cabo
- 42) Centro de Promoção da Cidadania e Defesa dos Direitos Humanos Pa. Josimo
- 43) Centro mda Mulher 8 de Março, na Paraíba,
- 44) Coletivo Feminista Plural- RS
- 45) Comissao de Cidadania e Reprodução
- 46) GAPA/RS
- 47) GAPA /SP
- 48) GAPA/DF
- 49) Gestos- Hiv, Comunicação e Gênero
- 50) GRAB (Grupo de Resistência Asa Branca-GRAB)- CE
- 51) Grupo Curumim- PE
- 52) Grupo Cactos, Paulista – PE
- 53) GHIV - Grupo Humanitário de Incentivo a Vida - Ribeirão Preto - SP
- 54) Grupo de Apoio à Prevenção á Aids do Pará - GAPA/PA
- 55) Grupo Pela Vidda/SP
- 56) Grupo Pela Vidda-RJ
- 57) Federação de Bandeirantes do Brasil – RS
- 58) Fórum de Mulheres de Imperatriz – MA
- 59) Fórum de Mulheres Paraibanas
- 60) Fórum de Mulheres de Pernambuco
- 61) FÓRUM de ONG AIDS /MA
- 62) Fórum das ONG Aids do Estado de Sao Paulo
- 63) Forum de Ongs Aids do Distrito Federal
- 64) Fórum de Ong AIDS do Rio Grande do Sul.
- 65) ICW Brasil - ICW Latina Comunidade Internacional de Mulheres Vivendo com HIV Aids
- 66) Ile Mulher - POA
- 67) Movimento Nacional das Cidadãs Positivas/Brasil
- 68) Rep. do Conselho de Assistência Social do Recife
- 69) Rep. do Conselho de Psicologia de Pernambuco
- 70) Rep. do Conselho Estadual de DH de Pernambuco
- 71) Rep do Fórum de Mulheres de Pernambuco
- 72) Rede Nacional Lai Lai Apejo-Saude da População Negra e Aids
- 73) Rede Nacional Feminista de Saúde
- 74) Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV e AIDS- Brasil
- 75) RNP+ do Estado de São Paulo (RNP+ SP)

- 76) RNP+ Núcleo Médio Paraíba – RJ
- 77) Relatoria do Direito Humano a Saúde Sexual e Reprodutiva da Plataforma Dhesca.
- 78) RNP+- Capítulo PR

Anexo 3 Fotos das oficinas

Oficina Preparatória





Infância e Juventude

